

EDITORIAL

Com grata satisfação, novamente, vem a lume nova edição da Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esta edição teve a Coordenação do Professor Gabriel Pires, que realizou os trabalhos e que por motivos profissionais não poderá prosseguir nesta tarefa de forma singular e dedicada. É imprescindível, portanto, agradecê-lo por ter realizado, ao longo de sucessivas edições, a coordenação desta Revista. Agradeço, também, pela acolhida ao informar e fornecer orientações para a realização dos trabalhos.

Também, não posso deixar de agradecer ao Professor Regel Antônio Ferrazza, Chefe dedicado do Departamento de Direito da UFRV, que a mim confiou esta tarefa e, ao mesmo tempo, mais este desafio. Sem dúvida, será uma atividade que levarei a efeito com afincamento para aprimorar, ainda mais, a divulgação da produção de textos e de pesquisas que são encaminhadas a este periódico. Agradeço ao executor da Revista Thiago Montes Gomes Pinto por seu empenho, gentileza, competência e dedicação e por ser a alma da Revista.

Esta Edição se inicia com o artigo intitulado: “Educação Policial Militar e a Construção de uma Segurança Cidadã na Paraíba” de autoria de Allan Jones Andreza Silva em coautoria com Luciano Nascimento Silva. O texto discute e analisa a educação policial militar e suas consequentes práticas profissionais.

O texto intitulado “Interpretação Fenomenológica da Noção de Valor na Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale” elaborado por Carlos Roberto Guimarães, Iago dos Santos Moura Melo e Ricardo Afonso Rocha, todos pesquisadores do sul do País, no campo da Filosofia do Direito, apresenta um artigo que tem como propósito realizar uma reflexão crítica sobre a axiologia no pensamento jusfilosófico de Miguel Reale. Tem, também, como objetivo o artigo, analisar se há consistência teórica na síntese proposta por Reale entre personalismo e historicismo axiológico, a partir das quais fundamenta o que denomina “invariantes axiológicas”, expressão utilizada

pelos próprios autores.

O terceiro artigo que compõe esta Edição com o título: “Holding Familiar como Estrutura de Planejamento Sucessório em Empresas Familiares” é de autoria do advogado e pós-graduando em Direito Empresarial pela PUC/MG, Diogo Luís Manganelli, e tem como objetivo central analisar e demonstrar teoricamente como o problema da sucessão nas empresas familiares é fator determinante para a afirmação da prosperidade da sociedade ao longo das gerações.

Na sequência desta Revista tem-se o trabalho intitulado: “Medidas Provisórias como Técnicas de Governo: Um Viés de Estado de Exceção em Pleno Estado Democrático de Direito”. Trata-se de texto de autoria de Estael Lincoln de Oliveira e de Francisco Tadeu de Sena Fernandes. No interessante artigo os autores estabelecem como objetivo de discussão analisar o uso das Medidas Provisórias como técnicas de governo à luz das ideias de Giorgio Agamben. Os autores partiram da elucidação do Estado de Exceção e da forma como este vem se tornando a regra nas democracias contemporâneas, chegando à realidade brasileira, onde se tenta demonstrar como a exceção impera sobre a vida dos excluídos sociais.

O quinto artigo da Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa conta com a colaboração do texto intitulado: “A Globalização do Trabalho e os Movimentos Sindicalistas Frente ao MERCOSUL: Prospecções e Projeções” da lavra de Maurinice Evaristo Wenceslau e de Débora de Oliveira Santos, do Mato Grosso do Sul. As autoras propõem a discussão e a análise a partir de um cenário de crescente avanço da globalização, o trabalho, envolto à complexidade do indivíduo e da organização social, passa por mudanças que geram impactos estruturais e conjunturais no emprego e na legislação trabalhista.

Na sequência o sexto artigo, de autoria de Tâmara Andreucci Dias de Oliveira e de Suani de Almeida Vasconcelos, pesquisadoras do Estado da Bahia, com o título: “As Práticas Abusivas e o Superendividamento sob a Tutela do Ordenamento Jurídico: A Lógica da Modernidade Líquida e a Sociedade de

Consumo”. A proposta das autoras consiste em discutir acerca das Práticas Abusivas do mercado e a questão do Superendividamento. Tal análise se faz sob o escopo do ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional, bem como, do PLS 283/2012 em trâmite no Senado.

O próximo artigo desta Revista, com o título: “A Isenção do ICMS Incidente Sobre a Saída de Bens e Produtos nos Empreendimentos Econômicos Solidários como Fator de Desenvolvimento Econômico e Social” de autoria do professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Ubaldo Cesar Balthazar, e do mestrando da mesma renomada Instituição, Venusto da Silva Cardoso. Os autores discutem a isenção tributária do ICMS incidente sobre a saída de bens e produtos nos empreendimentos de economia solidária como fator de desenvolvimento econômico e social. Verifica-se uma nítida relação entre tributação e desenvolvimento econômico e social.

Esta Edição da Revista se encerra com o texto de Willian Daniel Faria Santos, com o título: “A (In) Constitucionalidade das Investigações Criminais Promovidas pelo Ministério Público”. A proposta do artigo consiste em realizar uma análise referente à exposição e confrontação dos principais argumentos jurídicos das correntes favorável e desfavorável ao poder investigatório do Ministério Público, tendo como referencial o Texto Constitucional.

Foi um árduo trabalho iniciado pelo Professor Gabriel e singelamente por mim finalizado que demonstra que o somatório de esforços sempre faz a diferença. Por fim, e não menos importante, agradecemos a todos os autores que confiaram na Revista para encaminhar os resultados de suas pesquisas, análises e discussões e, também, não se pode deixar de registrar agradecimentos especiais ao trabalho competente e dedicado dos avaliadores ad hoc.

A todos uma boa leitura e até a próxima edição!

Patrícia Aurélio Del Nero
Coordenadora